

A DIMENSÃO POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO BRASILEIRO DE GOIÁS-GO (1937-2001)

MARCELLO RODRIGUES SIQUEIRA □

MARIA LÚCIA TEIXEIRA WERNECK VIANNA □ □

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo busca-se apresentar e discutir alguns dos resultados parciais de uma pesquisa de doutoramento que está sendo realizada junto ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Esta pesquisa tem como objeto de investigação o município brasileiro de Goiás-Go (também conhecido como Vila Boa, Goiás Velho ou Cidade de Goiás). O município já foi capital do Estado de Goiás até a transferência para Goiânia-GO em 1937. Depois se iniciou um longo processo de patrimonialização até que em 2001 o município de Goiás-GO foi reconhecido pela UNESCO como sendo Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Humanidade por sua arquitetura barroca peculiar, por suas tradições culturais seculares e pela natureza exuberante que o circunda. Assim, o recorte temporal desta pesquisa abrange um período de 64 anos, aproximadamente, compreendendo dois momentos distintos e essenciais para se pensar os rumos do desenvolvimento em Goiás-GO: a transferência da capital do Estado e o processo de patrimonialização no município.

Mas, a discussão sobre desenvolvimento é complexa em virtude da amplitude de considerações que devem ser observadas. Em princípio, o desenvolvimento não comporta qualificativos do tipo econômico, social, político, cultural, entre quaisquer outros. O

□ Professor mestre e efetivo da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Iporá (UEG-Iporá). Atualmente, está cursando doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED) do Instituto de Economia (IE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg). E-mail: marcello@ueg.br ou marcelloueg@hotmail.com;

□ □ Professora orientadora junto ao curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED) do Instituto de Economia (IE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: marialucia@ccje.ufrj.br ou marilu@ie.ufrj.br

desenvolvimento tem de se manifestar, simultaneamente, em todas as dimensões. Não obstante, parte-se da premissa de que se há alguma dimensão mais decisiva para o processo de desenvolvimento é a da política.

Então, de que forma o desenvolvimento afeta a política, e, inversamente, como as políticas contribuem para o desenvolvimento? Esta questão genérica, quando especificada, adquire diversos aspectos em relação ao objeto de investigação: Em que medida uma dada política é funcional para um dado estágio do desenvolvimento? Quando não o é? O que sucede quando cresce a contradição entre nível de desenvolvimento local e sistema político?

Para responder a estas – e outras questões – o desenvolvimento deverá ser compreendido segundo diferentes concepções, desde o conceito estritamente econômico, que privilegia o crescimento da renda, até o humano-social e ambiental, que enfatizam a melhoria das condições de vida das pessoas.

Mas, não basta apenas uma determinada perspectiva para o desenvolvimento, também é preciso um método capaz de observar como as intervenções políticas, a transferência da capital e a patrimonialização, afetaram a vida das diferentes pessoas no município de Goiás-Go. Busca-se então realizar uma pesquisa de avaliação (evaluation research) ex post ou somativa, visando trabalhar com impactos e processos, concentrando-se, sobretudo, na eficácia e no julgamento de valor geral.

2. A CRISE EM GOIÁS-GO APÓS A TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL

No primeiro momento, aborda-se o processo de transferência da capital ocorrida em 23 de março de 1937 quando foi assinado o decreto nº. 1.816 mudando definitivamente a capital do Estado de Goiás de Vila Boa para Goiânia. A transferência idealizada por vários dirigentes ao longo da história política do Estado só efetivou-se no governo de Pedro Ludovico Teixeira à época da Revolução de 1930. Este, em meio à oposição e resistência política, buscou apoio do governo federal para consolidar esse ideal. Assim, desenvolveu-se

uma verdadeira batalha político-ideológica entre mudancistas e antimudancistas, ou seja, entre aqueles que defendiam a mudança da capital e os seus opositores.

De um lado, os mudancistas liderados por Pedro Ludovico usavam argumentos de certa forma convincentes referindo-se as condições de ineficiência do município de Goiás-Go, geograficamente inadequado pelas condições da formação do seu solo com vários morros e serras; região de clima quente; falta de saneamento básico e infraestrutura precária; Em relação aos elevados custos do projeto mudancista, citava exemplos de outros estados que também construíram novas capitais como Sergipe (Aracaju) e Minas Gerais (Belo Horizonte). Para os mudancistas, estes estados foram recompensados posteriormente com o aumento da arrecadação. Portanto, Pedro Ludovico Teixeira e seus adeptos acreditavam que a construção de Goiânia não significaria prejuízo, mas, pelo contrário, um investimento.

Por outro lado, os antimudancistas, como o Sr. Domingos de Velasco, exigiam um vasto programa de melhorias para o município de Goiás-GO que incluía água tratada, sistema de esgoto, telefone, industrialização da pesca nos rios Araguaia e Vermelho, ajuda às lavouras, escolas técnicas e permanência da Faculdade de Direito, incentivo ao turismo e prolongamento da estrada de ferro até o município, entre outras. Exigências consideradas absurdas pelo governo que não tinha dinheiro nem para o projeto da Nova Capital.

Desta forma, o embate sobre a transferência da capital desenvolve-se sob a perspectiva do desenvolvimento. De acordo com Borges (1996), com a nova capital o Estado de Goiás teria se inserido na economia de mercado atendendo ao projeto de modernização conservadora. Nas palavras do autor,

Em Goiás, sociedade agrária tradicional, a ação política do Estado como planejador e executor das mudanças socioeconômicas e culturais foi de fundamental importância para a modernização da sociedade regional. Após o Movimento de 30, o poder público passou a intervir sistematicamente nas diferentes esferas que compunham a vida social. No âmbito econômico e institucional, criou mecanismos que proporcionaram o ajustamento da economia goiana ao novo padrão de acumulação que estava sendo implantado no país. Representando o poder central e os interesses das forças oligárquicas dissidentes, o governo revolucionário goiano, na figura do interventor Pedro Ludovico Teixeira, impôs ao estado um projeto de modernização conservadora que veio ao encontro dos interesses do setor agrário

local mais progressista (do ponto de vista econômico) e do capital comercial e industrial do Sudeste (BORGES, 1996: 40-41).

Mais tarde, Hélio Lobo (1991), um dos pioneiros da nova capital, referindo-se ao Batismo Cultural de Goiânia num artigo publicado no jornal “O Popular” em 12 de setembro de 1991 disse o seguinte:

Vim para Goiânia no dia 1º de janeiro de 1938, integrando o primeiro e reduzido grupo de funcionários do IAPI, ao lado de Acary Passos, Veiga Neto, Aládio Teixeira, Joãozinho de Sousa, Waldemar de Carvalho (...). No dia 05 de julho de 1942, realizou-se o que se chamou de “Batismo Cultural de Goiânia”, precedido de muitos eventos culturais e festivos, com representações oficiais de todos os Estados (LOBO, 1991: 12).

Conforme o depoimento anterior é possível observar que o batismo cultural de Goiânia, realizado em 5 de julho de 1942, mais uma vez despertou a atenção do povo brasileiro para o Estado de Goiás e, mais especificamente, para Goiânia. Sem aquela convicção forte dos antimudancistas, Goiânia já era uma realidade. O povo em festa comemorou.

O próprio Pedro Ludovico Teixeira em sua última entrevista, dois meses antes de sua morte, afirmou que tinha um carinho enorme pela cidade de Goiás-GO, lá havia nascido, mas os interesses administrativos levaram-no a tomar a decisão da transferência da capital: “(...) tive de colocar os Interesses do Estado acima desses sentimentos, pois percebia que uma série de fatores adversos – topográficos, geográficos e climáticos limitava as possibilidades da antiga Capital como centro de decisões”².

Para os moradores de Goiás-GO restou o inconformismo, o sentimento de perda, o trauma causado pela forma como se deu o processo de mudança. Isso resultou em grandes dificuldades políticas, econômicas e sociais para os que permaneceram na cidade. Era como

² CÂMERA, Jaime (Org.). “Entrevista com o Pedro Ludovico Teixeira, 51 anos da nova capital”. In: *Jornal O Popular*. Goiânia 26 de outubro de 1984.

se tivessem perdido tudo, não só pelo fato de ser sede política, mas o poder, o status de capital, o comércio ativo, a mudança de parentes e amigos. A transferência foi, enfim, um drama para a população, ferida em seu orgulho e mutilada em seus interesses, Gomide (2003: 40) afirma que “não foi possível evitar a transferência da capital e, (...) os moradores que permaneceram na antiga Vila Boa se sentiram ressentidos com a decisão e efetivação da mudança”.

De certa forma cada um dos que vivenciaram aquele momento histórico tem sua própria história para contar, mesmo os que não presenciaram o fato histórico contam histórias ouvidas pelos seus pais ou avós. Mas, de forma geral, se pode dizer que há enorme consenso entre os entrevistados a respeito da crise de Goiás-GO. Quase todos os entrevistados no âmbito desta pesquisa se referiram ao abandono, a crise, ao descaso e a mágoa dos que ficaram para explicar a transferência da capital. Isto também já havia sido percebido por outros pesquisadores.

Gomide (2003: 40) afirmou que “os moradores que permaneceram na antiga Vila Boa se sentiram ressentidos com a decisão e efetivação da mudança”. Em entrevista concedida a Delgado (2003: 403), Dona Olímpia, antiga moradora da cidade, confirmou a questão do ressentimento da população e decadência de Goiás-GO: “Eu me lembro do caminhão levando tudo do Fórum, eu vi tudo daqui de casa: os caminhões saindo, o povo chorando e a banda da música tocando o dobrado. Eu tinha 19 anos. Eu me lembro bem. Teve uma decadência muito grande”. Mais recentemente, Carneiro (2005: 19-20) também reforçou as idéias anteriores: “o abandono, o descaso por Goiás, o marasmo em que Goiás se transformou é uma das mágoas descritas por quase todos os entrevistados”.

Antes da transferência da capital, a cidade era conhecida como Vila Boa, a capital do Estado de Goiás. Depois, passou a ser chamada de “Goiás Velho”. Trata-se de uma expressão bastante pejorativa e que de certa forma coloca a cidade de Goiás-GO em oposição a Goiânia-GO porque esta seria vista como uma cidade moderna e planejada enquanto àquela uma cidade esquecida, de velhos ou de coisas velhas. Por isso, conforme observado por meio das entrevistas, a expressão “Goiás Velho” não é bem aceita pelos moradores da cidade.

Arrais (2003: 122) foi preciso ao descrever os resultados da transferência da capital para o município de Goiás-Go: “Desabitada por muitos, destituída de seus privilégios, amaldiçoada pelos ex-moradores que agora viviam na nova capital, Vila Boa tornara-se alvo de crítica de todos aqueles que desejavam ser agradáveis aos olhos do interventor”.

Para piorar a situação, a expansão capitalista característico do modelo de desenvolvimento iniciado a partir da década de 50 trouxe à luz contradições de um cenário que, no campo, apontava para uma situação de miséria face às condições de trabalho existentes e também à concentração fundiária que se constituía em um dos pilares inalterado do sistema político brasileiro e, em especial, em Goiás.

Mesmo antes da transferência definitiva da capital em 1937 ou de Getúlio Vargas anunciar a famosa Marcha para o Oeste em 1938, o confronto entre capital e trabalho já era um realidade. A Companhia Estrada de Ferro Goiás abriu caminhos e trouxe consigo uma quantidade enorme de posseiros e trabalhadores rurais sem terra. Esta situação foi agravada em fins dos anos 40 com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) em 1941 e pela propaganda do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo) que sinalizava a promessa de doação de terras e ajuda técnica pelo governo.

Em consequência, o quadro de aparente tranquilidade social altera-se a partir de 1950, quando surgem as primeiras tentativas de grilagem das terras pelos fazendeiros, com tentativas de várias ordens para obter o pagamento de arrendamento com a consequente ameaça de expulsão dos posseiros da área em crescente valorização. Surgem vários conflitos político-agrários e, dentre os mais famosos, destacam-se a Guerrilha de Trombas e Formoso (1950-1957) e a Guerrilha do Araguaia (1967-1975). Neste momento, o Estado de Goiás (1964/1965) já era considerado “o *locus* de maior conflito político sindical do Brasil” (GUIMARÃES, 2004: 229).

Neste contexto, as elites e o Estado se associaram buscando, ao mesmo tempo, garantir a expansão capitalista, defender o patrimônio histórico e artístico nacional do “abandono” e dos “dilapidadores” e manter o *status quo* diante da “ameaça camponesa” por meio do que se denomina *modernização excludente*. No caso do município de Goiás, o início dos tombamentos dos principais monumentos históricos coincide com a fase mais aguda dos

conflitos agrários. À medida que o processo de patrimonialização avançava o processo de reforma agrária também. Não por acaso, o município se configurou como “o *locus* com maior número de assentamentos por Reforma Agrária do Brasil” (COELHO, 1997).

No total foram realizados 22 assentamentos no período compreendido entre 1986 e 2005, abrangendo uma área total de 27.411,59 ha, com 647 famílias assentadas (Cf. Tabela 01).

NOME DO ASSENTAMENTO	ÁREA (há)	Nº. DE FAMÍLIAS	DATA DA CRIAÇÃO
P. A. Mosquito	1.786,239	42	17/10/1986
P. A. São João do Bugre	454,8255	9	25/04/1988
P. A. São Felipe	674,0000	10	03/09/1991
P. A. Acaba Vida II	271,8076	03	03/09/1991
P. A. Retiro	736,4457	23	03/09/1991
P. A. Rancho Grande	800,1473	21	03/09/1991
P. A. São Carlos	5.711,8198	152	06/12/1995
P. A. Lavrinha	706,7123	28	06/12/1995
P. A. Mata do Baú	1.561,0707	39	09/04/1996
P. A. Novo Horizonte	1.018,5037	22	16/05/1996
P. A. Bom Sucesso	1.714,1569	30	30/05/1996
P. A. Paraíso	1.278,8022	37	14/10/1996
P. A. Buriti Queimado	1.198,1491	21	07/11/1996
P. A. União Buriti	760,6935	22	14/11/1996
P. A. Baratinha	762,8931	16	02/10/1997
P. A. Vila Boa	793,2248	13	17/10/1997
P. A. Engenho Velho	1.122,1655	30	09/12/1997
P. A. Varjão	1.088,8791	16	05/03/1998
P. A. Magali	423,2522	08	05/03/1998
P. A. Holanda	1.347,0227	24	16/09/1998
P. A. Serra Dourada	239,3928	14	17/12/1999
P. A. Dom Tomás Balduino	2.961,3902	67	21/06/2005
TOTAL: (22)	27.411,587	647

Tabela 01: Relação e dados dos assentamentos rurais de Reforma Agrária existentes no município de Goiás-GO (1986 – 2005)

Fonte: INCRA de Goiás, 2007.

3. O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO

No segundo momento, quando o órgão responsável pela instituição do Patrimônio Nacional, então denominado Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) chegou ao município de Goiás-GO, no início da década de 1950, para realizar o tombamento dos principais edifícios públicos e religiosos, os vilaboenses ainda não haviam se recuperado de uma grave crise econômica e social que assolou o município após a transferência da capital. De acordo com Delgado (2005) “a cidade ainda vivia o trauma da transferência da capital para Goiânia, ocorrida em 1937” e identificavam o “tombamento com o atraso, a estagnação da cidade”, enquanto que o “sonho de Goiás era crescer, se igualar à Goiânia” (DELGADO, 2005: 116).

Elder Camargo de Passos, presidente da Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT) desde a fundação, ao se referir à resistência das “famílias tradicionais” da cidade às ações do DPHAN disse:

Eu fui contrário ao tombamento nos primeiros anos, liderado por um grupo que não via a preservação como estímulo ao futuro de Goiás. Seria um atraso para a cidade, você não poderia mudar a fachada, não poderia mandar dentro. Você não mandaria na sua casa. [...] Seria condenar a cidade à morte, como falavam: “você quer condenar nossa cidade à morte, você não pode mexer nada, não pode fazer nada, você não é dono da sua casa, você não é dono de nada”. [...] Inclusive o termo “tombado” já liga à queda, à deterioração. (PASSOS *apud* DELGADO, 2005: 116).

Também se pode dizer que alguns moradores de Goiás receberam com reservas a homenagem prestada, em 1961, pelo governador Mauro Borges Teixeira – filho do governador Pedro Ludovico Teixeira, que liderou a transferência da capital – ao promulgar um decreto determinando que o governo do Estado fosse anualmente transferido para a antiga capital durante uma semana a contar do dia de aniversário da cidade, 25 de julho, período no qual o Palácio Conde dos Arcos seria novamente sede do governo e residência do governador.

Para Delgado (2005), nos dois momentos históricos, Goiás configurava-se como campo de conflitos. O ato do governador Mauro Borges e, principalmente, a ação do órgão federal do Patrimônio representavam a imposição de uma identidade de monumento do

passado para uma cidade que, até poucas décadas, era símbolo da história do tempo presente. Daí, a expressão “invenção da cidade patrimônio histórico da humanidade”.

Nesse processo de composição do campo da memória, Delgado (2005; 2003) destaca o papel de dois agentes fundamentais. Um deles é o trabalho de constituição do patrimônio imaterial de Goiás empreendido pela Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT). Fundada com a proposta de “resgatar” e “manter as tradições” de Goiás, essa entidade torna-se responsável pela instituição da cidade como “berço da cultura goiana” (DELGADO, 2005, p. 115). Outro agente da construção de Goiás-Go como âncora da identidade regional e nacional é Cora Coralina. Ela torna-se artífice de significados para o passado e compõe um mapa da memória que é peça estratégica na consagração de Goiás enquanto cidade histórica e turística (DELGADO, 2003).

Mas, conforme a referida autora, os fundadores da OVAT passaram a se considerar os “herdeiros do movimento antimudancista”, e a concebem enquanto institucionalização do “movimento de ação cultural” organizado na esteira da “reação à mudança” da capital para Goiânia-Go. Portanto, desde então, criou-se uma espécie de “monopólio cultural burocrático” no município de Goiás.

Ao longo desse processo, a multiplicação das instituições criou uma “burocracia” da área cultural, onde alguns homens e mulheres participam da diretoria de todas as entidades e alternam-se no cargo de presidente. Por exemplo, Elder Camargo de Passos é presidente da OVAT, Marlene Gomes de Vellasco preside a Associação Casa de Cora Coralina e Antolinda Borges é diretora do Museu de Arte Sacra – cada um ocupando o cargo desde a criação das instituições. Todos participam da diretoria ou do conselho das instituições citadas. Portanto, um pequeno grupo controla o patrimônio e gerencia a política cultural de Goiás, além de participar de negócios ligados ao turismo (DELGADO, 2005: 123).

Em síntese, esse grupo se auto representa como guardião da cultura vilaboense e portador de virtudes que são compartilhadas por todos os membros, e que os singulariza em relação aos outros moradores da cidade, evocando o trabalho pioneiro realizado nas entidades culturais e o pertencimento às “famílias tradicionais”, que não abandonaram a cidade após a

transferência da capital, e cujos antepassados se destacaram, quer nas artes, quer na política, desde tempos remotos (Op. cit.: 123).

Este monopólio dos principais cargos nas entidades culturais constitui estratégia fundamental para o exercício do poder simbólico que, na acepção de Pierre Bourdieu (1989), institui princípios de visão, divisão e classificação do mundo social. Como “especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro)”, eles travam “lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social” (BOURDIEU, 1989: 113).

No *Dossiê de Goiás* configuram-se diversas séries discursivas que compõem o campo do patrimônio e da memória de Goiás-Go. Dele emerge uma série de discursos, um “contexto do patrimônio local” homogêneo, marcado pela “busca coletiva de significados” e pela perpetuação de uma memória coletiva que está sendo transmitida às novas gerações. Para delinear o patrimônio cultural, idealiza-se a relação do vilaboense com o passado e o patrimônio: “O valor do patrimônio histórico de Goiás para seus habitantes é inteiramente natural, está arraigado em seu viver.” (DOSSIÊ, 1999: 3-4). Para Delgado (2005), esse discurso – o *Dossiê de Goiás* – silencia as tensões e conflitos constitutivos do processo de atuação do Iphan e das instituições locais como a OVAT, e “oculta o quanto o poder simbólico é coercitivo, atribuindo ao conjunto do espaço social as representações construídas no campo do patrimônio” (DELGADO, 2005: 130).

De acordo com Carneiro (2005), na memória coletiva, o fato de Goiás ter se tornado Patrimônio da Humanidade gerou sentimentos diferentes nos vilaboenses. Assim, percebe-se que o título “fez bem para autoestima da elite”, entendido como “os mais ressentidos com a transferência da capital” enquanto os menos favorecidos “não sentem orgulho”, mas, pelo contrário, “sentem o peso de viver numa cidade turística mundialmente reconhecida” (CARNEIRO, 2005: 96).

Depois de 4 anos que Goiás adquiriu o título de Patrimônio da Humanidade, o que se vê, o que se fala e que se ouve dos moradores da cidade é que pouco mudou na realidade. Não houve aumento na oferta de emprego e trabalho, os jovens precisam

mudar da cidade para trabalhar. Outros saem da cidade para estudar em outros centros, já que os cursos oferecidos nas Faculdades locais são poucos. Os turistas diminuíram consideravelmente e os que visitam Goiás não consomem o suficiente para corresponder às expectativas do comerciante, além de ter havido desvalorização dos imóveis (CARNEIRO, 2005: 98)

Para Chuva (2009: 106-112), “dentre as características históricas mais significativas do processo de construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil estava a associação entre *modernidade e tradição*”. No caso de Goiás-Go, esta associação pode ser percebida por meio da promoção anual do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA)³ realizado desde junho de 1999, e, sobretudo, com a conquista do título de Patrimônio Histórico da Humanidade em 2001.

Desde então, com bem lembra Jacques (2008) no texto *Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo?*⁴, a competição local por turistas ou empreendedores estrangeiros é acirrada. Algumas municipalidades com alguma tradição cultural, histórica ou ambiental como Goiás-GO – ou não – se empenham para melhor vender a imagem de marca das suas cidades, em detrimento das necessidades da própria população local, ao privilegiar basicamente o visitante, através de seu maior chamariz: o espetáculo. Daí, a idéia de *modernização excludente*. O patrimônio cultural urbano passa, assim, a ser visto como uma reserva, um potencial de espetáculo a ser explorado. Para a autora, essa contradição pode ser explicada:

³ O FICA nasceu ainda em 1998, com a idéia de ampliar as ligações da Cidade de Goiás com o mundo inteiro, e sua primeira edição surgiu em 1999. “A primeira sessão do FICA foi realizada na Cidade de Goiás entre os dias 02 e 06 de junho de 1999, durante a Semana do Meio Ambiente. Sua promoção foi realizada pelo Governo do Estado de Goiás através da FUNAPEL/FEMAGO/SANEAGO/CELG”.

⁴ Este texto é uma adaptação do trabalho *Patrimônio cultural urbano: algumas questões contemporâneas*, apresentado no III Seminário Internacional "Patrimônio e cidade contemporânea: políticas, práticas e novos protagonistas", realizado em Salvador, em maio de 2002 e pode ser considerado como um desenvolvimento, para a questão do patrimônio, do texto *Reflexões sobre o uso da cultura nos processos de revitalização urbana*, redigido com Lilian Fessler Vaz, publicado em "Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR", Rio de Janeiro, 2001, pp. 664/674. Ver: JACQUES, Paola Berenstein. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, América do Norte, 6, dez. 2008. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3229/2347>. Acesso em: 15/05/2011.

(...) cada vez mais essas cidades precisam seguir um modelo internacional extremamente homogeneizador, imposto pelos financiadores multinacionais dos grandes projetos de revitalização urbana, sejam essas agências multilaterais ou outros. Esse modelo visa, basicamente, ao turista internacional – e não o habitante local – e exige certo padrão mundial, um espaço urbano tipo, padronizado (JACQUES, 2008: 32).

Neste contexto, percebe-se uma espetacularização, industrialização, estandardização dos bens culturais. A venda dos bens culturais é reduzida a venda de uma mercadoria; dando-se maior importância ao objeto a ser comercializado do que as necessidades da coletividade produtora da mercadoria, atribuindo-se aos bens culturais um valor econômico. Conforme Berthoud *apud* Sachs (2000), o mercado muitas vezes se apresenta como o único caminho para o desenvolvimento e ordenamento social norteador das ações humanas, onde tudo o que pode ser fabricado também pode ser vendido. Entretanto, todo cuidado é necessário ao se atribuir valor aos bens culturais, para que não se cometa o erro de se valorizar muito mais a mercadoria do que o bem cultural produzido por uma coletividade.

Sempre que as manifestações do patrimônio imaterial se transformam em mercadorias, em entretenimento para o consumo, em espetacularização, a ênfase é posta no fetiche⁵. O que sobressai é a relação entre coisas, entre mercadorias e não as relações sociais entre os indivíduos produtores. É preciso, portanto, não espetacularizar ou coisificar o patrimônio, seja material ou imaterial. Um dos procedimentos indispensáveis é não perder de vista o sentido que determinada manifestação cultural tem para o grupo que a produz. (...) O patrimônio cultural tem uma densidade simbólica diferenciada que deriva sua singularidade do resultado de atividades coletivas e públicas (VELOSO, 2006: 446).

⁵ A idéia de fetiche ou feitiço é antiga e aparece em diversos campos disciplinares. Uma “teoria do fetichismo” foi elaborada por diversos autores. Entre outros, destacam-se Karl Marx (1818-1883) com o fetichismo da mercadoria; Sigmund Freud (1856-1939) com o fetichismo sexual; e, ainda, muitos antropólogos que estudaram o fetichismo na magia e na religião. Os mais clássicos, são James G. Frazer (1954-1941) e Edward Tylor (1832-1917). Ver: VELOSO, Mariza. O Fetiche do Patrimônio. **Revista Habitus**. Goiânia, v.4, n.1, p.437-454, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/habitus/article/viewFile/363/301>. Acesso em 13/12/2011.

Pereiro (2006) tece algumas críticas à patrimonialização indiscriminada, quando esta tem somente o fim da rentabilidade econômica, esquecendo-se da sua função educativa, no entendimento da cultura e dos grupos de acolhimento e da sociabilidade. Para o referido autor, a exploração em massa do patrimônio cultural pode até mesmo acabar com ele.

4. A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

Normalmente, o desenvolvimento é frequentemente associado (e confundido) com crescimento econômico e industrial. Recentemente vários autores tem procurado relativizar os fatores materiais e os indicadores de crescimento econômico como base para o processo de expansão social e cultural na vida das pessoas. Entre eles destacam-se Sen (2000) e suas referências ao IDH, indicador de referência mundial. Outros aspectos têm sido agregados à questão, como a sustentabilidade ambiental e a produção solidária, além do capital social.

Embora Goiás-Go tenha optado pela patrimonialização se pode dizer que as atividades econômicas essencialmente ligadas ao patrimônio e ao turismo ainda não emplacaram. Pelo contrário, a economia do município continua baseada nas atividades agropecuárias e o setor familiar é sempre lembrado por sua importância na absorção de emprego e na produção de alimentos, especialmente voltada para o autoconsumo, ou seja, focalizam-se mais as funções de caráter social do que as econômicas, tendo em vista sua menor produtividade e incorporação tecnológica.

As pesquisas de campo revelaram também que embora menos intenso que nas décadas de 1970 e 1980, o chamado êxodo rural ainda é um grave problema. A migração para outras cidades – principalmente Goiânia-Go e Itaberaí-Go – é notória e atinge principalmente jovens e mulheres, que não encontram trabalho ou outros estímulos para permanecer em Goiás-Go e alimentam perspectivas de dias melhores.

Por meio da análise dos dados levantados junto ao IBGE, no período compreendido entre 1990 e 2010 foi possível perceber o decréscimo populacional de Goiás-Go em relação ao município vizinho de Itaberaí-Go. Em 1990, a população de Itaberaí-

Go (24.852 habitantes) era menor que a de Goiás-Go (27.782 habitantes). Nos dez anos seguintes, Itaberaí-Go (27.879 habitantes) apresentou um índice populacional praticamente igual a Goiás-Go (27.120). Mas, a partir dos anos 2000 até 2010, Itaberaí-Go (35.412 habitantes) ultrapassa Goiás-Go (24.745 habitantes). Enfim, de 1990 a 2010, ou seja, em 20 anos Goiás-Go perdeu aproximadamente 3.037 habitantes enquanto o município vizinho de Itaberaí-Go obteve um acréscimo populacional de aproximadamente 10.560 habitantes (Cf. Gráfico 01).

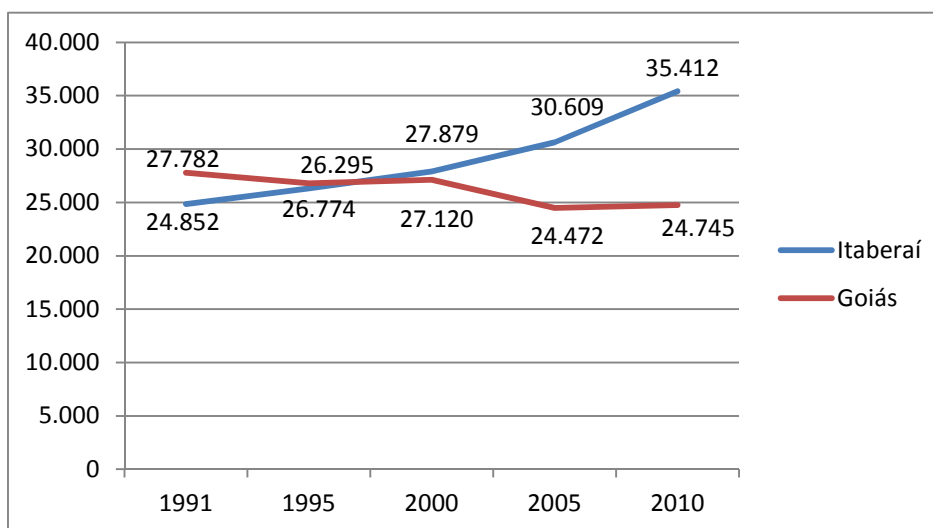


Gráfico 01: População da Cidade de Goiás (GO) (1991-2010)

Fonte: IBGE, Cidades, 2010.

Kuznets (1974) afirma que o crescimento econômico envolve um aumento na produção per capita, ou por trabalhador, acompanhado, frequentemente, de um aumento populacional e, geralmente, de grandes mudanças estruturais, isto é, mudanças nas instituições ou práticas sociais e econômicas. A partir deste ponto de vista, comparando-se os PIBs de Itaberaí-Go e Goiás-Go percebe-se que os PIBs de Itaberaí-Go são significativamente superiores aos PIBs de Goiás-Go. Portanto, Goiás-Go além de não acompanhar o crescimento populacional de Itaberaí-Go, também apresentou menor crescimento econômico (Cf. Gráfico 02).

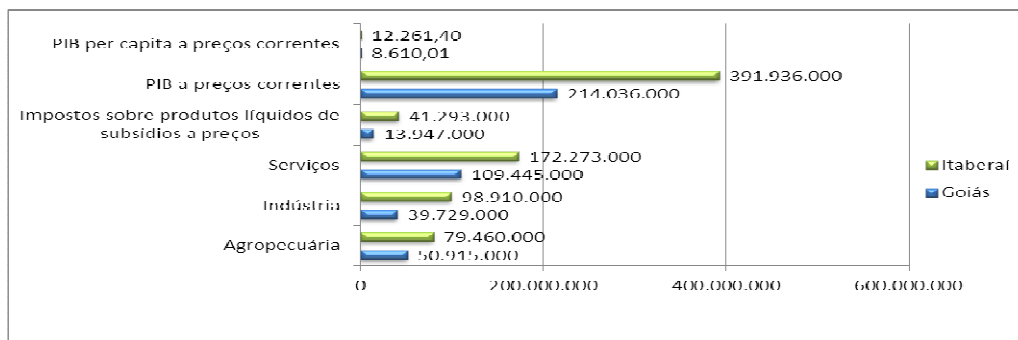


Gráfico 02: Produto Interno Bruto por Município no Estado de Goiás, Itaberaí e Goiás (2008).

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, 2008.

Mas, conforme Sen (2000) e Oliveira (2004), a concepção mais adequada do desenvolvimento deve ir além da simples acumulação de riquezas e do crescimento do Produto Interno Bruto, relacionando-se diretamente com qualidade de vida da população local e com suas liberdades.

Então, partindo de outros indicadores de desenvolvimento Romanatto (2010) em trabalho intitulado “A competitividade dos municípios em Goiás” propôs uma metodologia que aborda, entre outros indicadores, a dimensão qualidade de vida sugerida por Sen (2000).

A metodologia utilizada aborda os municípios com mais de 14.000 habitantes, o que perfaz um número de 65 municípios, nas dimensões: dinamismo, riqueza econômica, infra-estrutura econômica, localização estratégica e logística; qualidade de vida; mão de obra; infra-estrutura tecnológica; e política de incentivos financeiros e tributários. O município de Goiânia ficou fora do trabalho por ter diferencial nos quesitos abordados. As estatísticas utilizadas foram as oficialmente divulgadas até o primeiro semestre de 2009. As dimensões são detalhadas a seguir com a pontuação máxima de cada dimensão (ROMANATTO, 2010).

Classificação	Municípios	Dinamismo (100)	Riqueza Econômica (100)	Econômica, Localização Estratégica e Logística (100)	Qualidade de Vida (100)	Mão de Obra (30)	Infraestrutura Tecnológica (70)	De Incentivos Financeiros Tributários (15)	Média Ponderada
1º	Anápolis	40,18	96,69	77,77	62,99	19,38	64,28	7,26	58,39
2º	Rio Verde	55,60	65,92	63,84	63,88	19,55	33,66	15,00	53,29
23º	Itaberaí	33,57	7,77	30,68	48,32	12,91	2,53	4,00	24,77
57º	Goiás	11,46	4,66	33,59	52,31	13,14	0,75	1,04	18,35
65º	Uruana	11,78	2,21	21,13	41,83	12,01	0,00	0,34	14,44

Por meio da análise dos dados apresentados no referido trabalho (Cf. Tabela 02)

afirma-se que entre os 65 municípios do Estado de Goiás com mais de 14 mil habitantes, Anápolis-Go seria o mais competitivo ocupando o primeiro lugar no índice de classificação geral enquanto Uruana-Go seria o município menos competitivo. Observe ainda que Itaberaí-Go ocupa o 23º lugar enquanto a Goiás-Go está em 57º.

Tabela 02: Classificação dos municípios goianos conforme sua competitividade (2009)

Fonte: ROMANATTO, 2010.

Fonte: Goiás, 2009.

Em relação à qualidade de vida dos municípios, foram observados: índice de violência; leitos hospitalares; percentual da população atendida com água tratada; percentual da população atendida com rede de esgoto; matrícula no ensino fundamental em proporção à população (faixa etária 5 a 14 anos); acessos telefônicos fixos em serviço por 100 habitantes; consumo de energia elétrica residencial per capita; salário médio do emprego formal. Interessante observar que o índice relacionado a qualidade de vida de Itaberaí-Go (48,32) é menor que o índice de Goiás-Go (52,31) sugerindo que Goiás-Go, embora menos competitivo que Itaberaí-Go, oferece aos seus habitantes uma “qualidade de vida melhor”.

Entretanto, os dados apresentados por Romanatto (2010) não levaram em consideração os efeitos do processo de patrimonialização de Goiás-Go nem mesmo o decréscimo econômico e populacional resultantes. Na verdade, como dizia o ex-ministro Roberto Campos, “estatísticas são como biquínis; o que revelam é sugestivo, mas o que ocultam é essencial”. (CAMPOS *apud* CONSTANTINO, 2009: 27).

Diferentemente de Romanatto (2010), outros fatores chamaram a atenção em relação à qualidade de vida em Goiás-Go. O principal foi a questão do lixo. Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), realizada em 1989 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e editada em 1991 (IPT/CEMPRE, 1995), “o brasileiro convive com a maioria do lixo que produz. São 241.614 toneladas de lixo produzidas diariamente no país. Fica a céu aberto (lixão) 76% de todo esse lixo. Apenas 24% recebe tratamento mais adequado” (IBGE, 1991. In: IPT/CEMPRE, 1995).

O lixão é uma mera disposição do lixo a céu aberto, sem nenhum critério sanitário de proteção ao ambiente, que possibilita o pleno acesso de vetores de doenças como moscas, mosquitos, baratas e ratos ao lixo. Segundo a ABNT/NBR-8849/85, um aterro controlado caracteriza-se pela disposição do lixo em local controlado, onde os resíduos sólidos recebem uma cobertura de solos ao final de cada jornada. Ao contrário dos aterros sanitários, os aterros controlados geralmente não possuem impermeabilização dos solos nem sistema de dispersão de chorume e gases, sendo comum nestes locais a contaminação de águas subterrâneas. (IPT/CEMPRE, 1995).

No caso do município de Goiás, não existe aterro sanitário ou controlado. Pelo contrário, o lixo é jogado a céu aberto. De acordo com Prizibiszki (2008), “a simpática cidade de Goiás, eleita patrimônio da humanidade pela Unesco em 2001, para muitos moradores é agradável somente na época do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), realizado sempre nas primeiras semanas de junho. No resto do ano, o grave problema de coleta e deposição irregular de lixo é que rouba a cena” (Cf. PRIZIBISZKI, 2008).

O município, com cerca de 25 mil habitantes, produz diariamente cerca de 18 toneladas de lixo. Todo esse material, no entanto, não é coletado nem depositado de maneira correta. Segundo Rodrigo Santana⁶, geólogo e ex-diretor do Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura de Goiás, “quando há coleta, o lixo é transportado em caminhões improvisados, de caçamba aberta, e depositado em um aterro completamente irregular” (SANTANA *apud*

⁶ Também é secretário-executivo da ONG local “Núcleo Consciência e Cidadania”.

PRIZIBISCZKI, 2008).

A história da má administração do lixo na cidade é antiga. Até 1990, o lixo produzido era depositado em uma área irregular na entrada sul do município, perto do manancial de abastecimento da cidade, formado pelos córregos Bacalhau e Canjica. Como não havia tratamento adequado dos resíduos, o chorume produzido ia direto para os leitos d'água e, na época, eram comuns os casos de diarreia em moradores.

Depois de várias denúncias de organizações ambientalistas locais, em 1994 a Prefeitura da cidade colocou o tema em debate e o inseriu em seu Plano Diretor. Em 1997, o Programa de Execução Descentralizada do Ministério do Meio Ambiente e da Agência Ambiental de Goiás contemplou a cidade com o projeto de um aterro controlado, na entrada do Balneário Cachoeira Grande. No entanto, antes mesmo que ele fosse efetivamente criado, a prefeitura começou a fazer o depósito irregular do lixo no local. Assim, quando saiu o recurso, a área já tinha sido inviabilizada.

Em 1998 foi identificada uma terceira área apta para a construção de um novo aterro, desta vez na região próxima ao Córrego Bagagem. Novamente, a má administração da Prefeitura e a falta de manutenção fizeram com que o aterro controlado durasse apenas um ano. “Fizeram as valas muito mal feitas e sistemas de drenagem precários. Além disso, não houve manutenção e o aterro foi se transformando em um lixão” (SANTANA *apud* PRIZIBISCZKI, 2008).

Conforme Prizibiszki (2008), outro exemplo do descaso da Prefeitura com o lixo foi o abandono do Centro de Triagem de Resíduos da cidade, criado pela Agência Goiana de Meio Ambiente em 2000, mas que nunca chegou a funcionar. Na época, o Sebrae capacitou os moradores e cooperativas de catadores foram criadas. À prefeitura, cabia somente fornecer o transporte, mas, o acordo não foi cumprido. Até hoje, o galpão, que funcionou somente no dia em que foi inaugurado, permanece de portas fechadas.

A situação do lixo no município de Goiás se tornou tão grave que em março de 2007 o Ministério Público entrou com uma ação civil pública contra o prefeito da cidade e determinou que o aterro sanitário fosse construído no prazo de um ano. A ação também

proibiu o uso de caçambas e containers, que a prefeitura espalhou pela cidade como alternativa para o problema da coleta.

Hoje, o que se vê é uma enorme área praticamente abandonada. O descaso é percebido ainda no caminho para o depósito, já que por toda a estrada é possível encontrar materiais caídos dos caminhões de coleta. No local, o lixo é depositado sem nenhum cuidado e há várias lagoas de chorume, o que atrai moscas, ratos e outros animais.

Infelizmente, os limites deste trabalho não permitem explorar outros elementos fundamentais para discutir a qualidade de vida em Goiás-Go como, por exemplo, a questão do saneamento básico, saúde, educação, e etc. Mas, acredita-se que os indícios até agora apontados dão pistas significativas do quão distante as práticas e intervenções políticas estão no sentido de garantir o pleno desenvolvimento em Goiás-Go.

5. CONCLUSÕES

Em Goiás-GO, nos dois momentos históricos aqui discutidos, buscou-se o desenvolvimento. Mas, em ambos, configurou-se um verdadeiro campo de conflitos seja por meio de uma modernização conservadora ou de uma modernização excludente.

Ao ser propalado como um imperativo necessário para o futuro, uma meta a ser alcançada por todos os povos, independente de suas diversidades, a idéia de desenvolvimento transformou-se num mito, o chamado “mito do desenvolvimento” proposto por Furtado (1974), que levou a uma crença cega de que era necessário sacrificar tudo por ele e que todos os esforços deveriam ser canalizados para atingir o modelo das “modernas sociedades industriais”.

O conceito de desenvolvimento tem usos e significados distintos. Mas, tornou-se um alvo dificilmente atingível, esboçado pelos países de primeiro mundo, a ser perseguido e conquistado pelos países em vias de desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento tornou-se uma verdade quase absoluta colocada às populações. Mas qual é o tipo de desenvolvimento

que se quer? Um desenvolvimento voltado para a produção e reprodução de desigualdades, ou outra forma de desenvolvimento baseada na satisfação das necessidades básicas gerando o bem-estar? Espera-se que as novas reflexões sobre desenvolvimento possam oferecer algum subsídio a estas e outras questões.

Nesta pesquisa também se constatou que satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é – ou pelo menos deveria ser – o principal objetivo do desenvolvimento. Para tanto, depende em parte de que se consiga o crescimento potencial pleno, e o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja crescimento econômico, desde que esse crescimento reflita os princípios amplos da sustentabilidade e da não exploração dos outros. Por isso, o desenvolvimento, no seu sentido mais amplo, exige que as sociedades atendam às necessidades humanas, tanto aumentando o potencial de produção quanto assegurando a todos as mesmas oportunidades.

Mas, conforme se verificou nesta pesquisa, o município de Goiás-GO não tem garantido nem um e nem outro. Pelo contrário, Goiás-Go está passando por um processo de decréscimo socioeconômico e ao mesmo tempo degrada o meio ambiente de forma surpreendente, principalmente, quando se trata de um Patrimônio Histórico e Ambiental da Humanidade.

Quanto à opção política adotada – a patrimonialização – acredita-se que ela deve ser usada como fator de desenvolvimento. Por isso mesmo, uma reflexão mais complexa e crítica sobre a patrimonialização e as práticas de intervenção política que lhe são tributárias tornam-se cada vez mais urgentes com relação a Goiás-Go. A questão merece ser revista de forma mais aprofundada teórica e empiricamente. O que são exatamente esses Patrimônios da Humanidade a serem ou não preservados e requalificados? E o que dizer do uso contemporâneo que se faz da cultura como estratégia principal das políticas de desenvolvimento?

6. REFERÊNCIAS

ARRAIS, Cristiano P. A. **Cidades e Identidades de Fronteira**. (Um estudo sobre a construção de Goiânia a partir do conceito de momento de fronteira). Goiânia: 2003. Dissertação de Mestrado da UFG. (mimeo).

BERTHOUD, Gérald Mercado. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 132-154.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.

BORGES, Barsanufio G. A expansão da fronteira agrícola em Goiás. **História Revista**, 1(2): 37-55, jul./dez. 1996.

CÂMERA, Jaime (Org.). “Entrevista com o Pedro Ludovico Teixeira, 51 anos da nova capital”. In: **Jornal O Popular**. Goiânia 26 de outubro de 1984.

CARNEIRO, Keley Cristina. **Cartografia de Goiás: patrimônio, festa e memórias**. Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia (UFG). Goiânia, 2005. (Dissertação de mestrado).

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória**. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

COELHO, José Braga. **Entre a conquista e a permanência na terra: formas de luta no Assentamento Mosquito no Município de Goiás-GO, 1986/2006**. 172 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás – Instituto de Estudos Sócio Ambientais, 2007.

CONSTANTINO, Rodrigo. **Economia do indivíduo: o legado da escola austríaca**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2009.

DELGADO, Andréa Ferreira. **Goiás: a invenção da cidade patrimônio da humanidade**. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 11, nº. 23, p. 113-143, jan/jun. de 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a07v1123.pdf>> Acesso em 24 de setembro de 2011.

_____. **A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias.** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003. (Tese de doutorado).

DOSSIÊ: **Proposição de inscrição da Cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade. Goiânia:** Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1999. 1 CD-ROM.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GOMIDE, Cristina Helou. **História da transferência da Capital:** de Goiás para Goiânia. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin. Organização camponesa em Goiás nas décadas de 1950-1960 e os sinais de novas práticas educativas nos atuais movimentos sociais. **Inter-Ação:** Rev. Fac. Educ. UFG, 29 (2): 227-237, jul./dez. 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/ufs/go_map.php?r=2&acc=1. Diversos acessos em dezembro de 2010 e janeiro de 2011.

INCRA. **Relação e dados dos assentamentos rurais de Reforma Agrária existentes no município de Goiás-GO (1986 – 2005),** 2007.

IPT/CEMPRE. **Lixo municipal:** manual de gerenciamento integrado. 1 ed.: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, São Paulo, Publicação IPT 2163, 1995.

JACQUES, Paola Berenstein. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo?. **Revista de Urbanismo e Arquitetura,** América do Norte, 6, dez. 2008. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3229/2347>. Acesso em: 15/05/2011.

KUZNETS, S. **O crescimento econômico moderno.** Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

LOBO, Hélio. “Relembrando Goiânia”. In: **Jornal O Popular.** Goiânia 12 de setembro de 1991.

OLIVEIRA, J. C. Estudos sobre indicadores de bem-estar social da população do Brasil. **Estudos do CEPE**. n. 20, p. 7-29, jul./dez. 2004.

PEREIRO, Xenardo. Património cultural: o casamento entre património e cultura. **ADRA n.º 2. Revista dos sócios do Museu do Povo Galego**, pp. 23-41. Disponível em: http://home.utad.pt/~xperez/ficheiros/publicacoes/patrimonio_cultural/Patrimonio_Cultural.pdf. 2006. Acesso em 4 de outubro de 2011.

PRIZIBISCZKI, Cristiane. **Lixo em cena**. Reportagem publicada em 25 de Junho de 2008. Disponível em: <http://www.oeco.com.br/reportagens/2276-oeco28183>. Acesso em 13 de fevereiro de 2012.

ROMANATTO, Eduiges. A competitividade dos municípios de Goiás. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj14/artigo02.pdf>. Acesso em 22 de novembro de 2010.

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VELOSO, Mariza. O Fetiche do Patrimônio. **Revista Habitus**. Goiânia, v.4, n.1, p.437-454, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/habitus/article/viewFile/363/301>. Acesso em 13/12/2011.